

TERMO ADITIVO AO ACORDO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS DE 2020 E 2021

Pelo presente termo, de um lado a **COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA**, CNPJ n. 53.859.112/0001-69, neste ato representado por seu Diretor Presidente, Sr. CARLOS ZAMBONI NETO e por sua Gerente, Sra. MONICA VOHS DE LIMA, e de outro, o **SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO SAO PAULO**, CNPJ n. 55.054.282/0001-00, neste ato representado por seu Presidente, Sr. NARCISO DONIZETE FONTANA e por seu Diretor, Sr. NELSON HENRIQUE SILVA SPRESSÃO, resolvem de comum acordo aditar o ACORDO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS DE 2020 e 2021, tendo em vista que as partes ajustaram nas negociações coletivas de trabalho da data base de 2021, os valores mínimos de referência para a PLR de 2021, serve o presente aditivo para alterar as condições específicas da PLR do ano de 2021, conforme cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

O presente Programa de **Participação nos Lucros ou Resultados**, que passa a ser denominado no presente instrumento simplesmente como **PLR**, tem como fundamento legal as disposições contidas no artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal e Lei n. 10.101, de 20 de dezembro de 2000, e Lei 12.832/13.

A **PLR**, objeto deste Acordo, não constitui base de incidência de nenhum encargo trabalhista ou previdenciário por ser desvinculado da remuneração, não se aplicando o princípio da habitualidade, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA – ELEGIBILIDADE

Terão direito à percepção dos valores correspondentes à **PLR** os empregados ativos que estiverem vinculados por contrato de trabalho vigente nas empresas, Companhia Jaguari de Energia, entre 01 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021.

Os empregados admitidos ou desligados no curso do período de apuração terão direito ao pagamento proporcional aos meses efetivamente trabalhados.

Os empregados com contrato de trabalho interrompido ou suspenso terão a apuração do valor da sua PLR de forma proporcional ao tempo trabalhado, excetuando-se as seguintes situações, que serão consideradas como tempo trabalhado:

- licença maternidade ou aborto, desde que observados os requisitos exigidos para a percepção do salário maternidade custeado pela Previdência Social e desde que o afastamento não seja superior a 120 (cento e vinte) dias;
- licenças diversas, previstas no artigo 473 da CLT, ou Acordo Coletivo de Trabalho;
- férias;
- liberação de dirigentes sindicais nos termos da legislação ou Acordo Coletivo de Trabalho;
- convocação da Justiça e em cumprimento à lei do serviço militar;
- no ano de afastamento e no ano de retorno ao trabalho nos casos de afastamento decorrente de acidente do trabalho ou doença ocupacional;
- E nos casos de doenças crônicas definidas no artigo 151 da Lei 8.213/91, devidamente comprovada pelo médico do trabalho das empresas.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGRA DE CÁLCULO DE PLR

A **PLR** será calculada para cada empregado com base em múltiplos de sua Base Mensal Fixa, assim entendido como a somatória de seu salário nominal, vigente em 31 de dezembro do ano de referência da **PLR**, adicionais fixos, quando devidos e adicional de periculosidade e insalubridade quando devidos.

A fórmula de cálculo da PLR será a seguinte:

$$\text{PLR} = \text{BASE MENSAL} \times \text{TARGET REFERENCIAL} \times ((\text{FC} \times \text{Peso}) + (\text{FN} \times \text{Peso}) + (\text{FA} \times \text{Peso}))$$

Na qual:

- A **BASE MENSAL** é a somatória do salário nominal do Empregado, vigente em 31 de dezembro do ano de referência da PLR, adicionais fixos, quando devidos e adicional de periculosidade e insalubridade quando devidos.
- **Target Referencial** é o valor de referência utilizado como partida para o cálculo da PLR. Sobre este valor, após a apuração dos resultados, é aplicado o percentual de atingimento das metas. O Target Referencial é representado por múltiplos de Salários expressos pela Base Mensal, de acordo com o nível de qualificação de cada cargo, considerando-se os 12 meses do ano do exercício do programa.

Fica estabelecido que para a **PLR** do ano de **2021**, serão considerados os seguintes targets referenciais como potencial de ganho da PLR:

- **1,4 Bases Mensais** para os cargos que não possuem o requisito de formação em nível superior;
- **1,5 Bases Mensais** para os cargos que possuem o requisito de formação em nível superior para seu desempenho.

Aos empregados admitidos até 30 de novembro de 2019, caso o target de 1,4 Bases Mensais, seja inferior ao montante de **R\$ 4.839,32** (quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos), será aplicado o valor de referência mínima de **R\$ 4.839,32** (quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos). E, nestes casos, os **R\$ 4.839,32** (quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos) passam a figurar como Target Referencial, sem a multiplicação da Base Mensal.

- O **Fator Corporativo (FC)** será encontrado através da apuração do indicador EBITDA, conforme definição constante do ANEXO 01 deste acordo;
- O **Fator do Negócio (FN)** será encontrado através da apuração dos indicadores de qualidade de cada uma das empresas, conforme definição constante do Anexo 01 deste acordo, que será apresentado até 30/05/2021;
- O **Fator de Área (FA)** será encontrado através da apuração da totalidade do bloco de metas específicas de cada área, estabelecidas nos contratos de metas dos respectivos gestores imediatos dos Empregados. Serão considerados gestores imediatos, o primeiro nível de gestão ligado ao empregado, que tiver contrato de metas estabelecido para fins de recebimento de **PLR**.

Destaca-se que o bloco de metas específicas dos gestores são analisadas e validadas por um Comitê de Qualidade, vinculado à Diretoria de Estratégia e Inovação, de acordo com o Planejamento Estratégico do Grupo CPFL Energia.

Atendendo as diretrizes do Comitê de Qualidade, as metas das áreas terão as seguintes premissas: específica; mensurável, atingível, realista e relativa ao exercício.

As metas deverão expressar desafios de proteção ou criação de valor, objetivamente mensuráveis, representando desdobramentos das metas dos níveis superiores na estrutura organizacional.

A apuração dos indicadores que compõem o Fator de Área (FA) considerará os seguintes critérios:

- Cada indicador do bloco **Fator de Área (FA)** terá um peso, representado em percentual, de acordo com a relevância de cada indicador para a respectiva área.
- A somatória dos pesos corresponde a **100%** (cem por cento).
- Cada indicador será apurado individualmente, sendo considerada a proporção do atingimento, dentro da faixa de **75%** (setenta e cinco por cento) a **150%** (cem e cinquenta por cento). Se o atingimento individualizado do indicador for abaixo de **75%** (setenta e cinco por cento) ele será zerado.
- Após a apuração individualizada dos indicadores do **FA**, os percentuais de cada um deles serão somados, sendo que o resultado da somatória ficará limitado em **100%** (cem por cento). O resultado encontrado será considerado como Fator da Área (FA) para aplicação na fórmula.
- Os empregados transferidos de uma empresa para outra do Grupo CPFL, receberão o pagamento da PLR conforme empresa em que estiver cadastrado no dia 31 de agosto, para recebimento do valor da primeira parcela, e no dia 31 de dezembro, para recebimento do eventual valor final do programa, que se dará de forma proporcional aos meses efetivamente trabalhados em cada empresa.
- Para os colaboradores que fazem parte das áreas que possuem gestão compartilhada com a CPFL Piratininga, e que prestam serviço exclusivamente para a CPFL Santa Cruz, a apuração do **Fator de Área (FA)** considerará somente as metas dos indicadores da CPFL Santa Cruz, proporcionalizando os pesos.

Serão disponibilizadas no **ANEXO 02** do presente Acordo, os indicadores que comporão o Fator de Área (FA), de todas as áreas operacionais da empresa, ou seja, aquelas ligadas à presidência da CPFL Santa Cruz.

Com relação aos indicadores que compõem o Fator de Área (FA) das áreas corporativas, define-se que os mesmos serão apresentados diretamente aos empregados de cada área, em reuniões setoriais e o sindicato poderá consultar os empregados. Esses indicadores ficarão disponíveis junto à área de Relações Sindicais e poderão ser consultados pelas entidades sindicais nas reuniões bimestrais estabelecidas na cláusula de disposições gerais deste acordo.

- O **Peso** corresponde a um percentual que será aplicado aos resultados dos Fatores Corporativo (FC), Negócio (FN) e Área (FA), considerando a área de atuação do Empregado.

Serão consideradas áreas corporativas todas aquelas que desempenham atividades de suporte aos negócios e que não estão elencadas como áreas de negócio na definição abaixo.

Serão consideradas áreas de negócio aquelas ligadas diretamente às Presidências das Empresas Controladas (CPFL Santa Cruz).

A tabela de pesos será a seguinte:

TABELA DE PESOS POR FATOR		
FATOR	ÁREA DE ATUAÇÃO	
	Corporativa	Negócio
Corporativo	40%	40%
Negócio	0%	30%
Área	60%	30%

Os empregados que estão cedidos em tempo integral para desempenho de atividades sindicais ou para outros órgãos de representação dos trabalhadores, durante a vigência do Programa, receberão os valores relativos à PLR considerando os resultados apurados na área de origem do empregado, antes de sua cessão para atividades de representação.

CLÁUSULA QUARTA – FATOR DE DESEMPENHO

As partes acordam que a verba de **1%** (um por cento) da Folha Base Salarial anual da Empresa, que vinha sendo considerada para fins de Movimentação de Pessoal por Desempenho até o ano de 2019, passa a partir de 2020 a ser utilizada como incremento à **PLR**, inclusive com os seus respectivos encargos, a título de Fator de Desempenho Individual, retornando este percentual para a movimentação de pessoal por desempenho em caso de descontinuidade deste modelo de PLR.

O referido incremento será pago da seguinte maneira:

- Os Empregados que na somatória dos indicadores do Fator de Área (FA), não atingirem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento), não farão jus ao recebimento do Fator de Desempenho (FD).
- Os Empregados que na somatória dos indicadores do Fator de Área (FA) atingirem de 75% (setenta e cinco por cento) a 99,99% (noventa e nove vírgula noventa e nove por cento) do Fator de Área (FA), o Target Referencial estipulado na cláusula anterior será incrementado em 0,1 (zero vírgula um) Bases Mensais;
- Os Empregados que na somatória dos indicadores do Fator de Área (FA) atingirem 100% (cem por cento) do Fator de Área (FA), o Target Referencial estipulado na cláusula anterior será incrementado em 0,2 (zero vírgula dois) Bases Mensais;

Parágrafo Primeiro: Aos Empregados admitidos até 30 de novembro de 2019, caso o target de **1,4** Bases Mensais, seja inferior ao montante de **R\$ 4.839,32** (quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos), a distribuição do Fator de Desempenho seguirá a seguinte regra:

- Os Empregados que na somatória dos indicadores do Fator de Área (FA) não atingirem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento), não farão jus ao recebimento do Fator de Desempenho (FD).
- Os Empregados que na somatória dos indicadores do Fator de Área (FA) atingirem de 75% (setenta e cinco por cento) a 99,99% (noventa e nove vírgula noventa e nove por cento) do Fator de Área (FA), o Target Referencial estipulado na cláusula anterior será incrementado de **R\$ 345,67** (trezentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos).

- c) Os Empregados que na somatória dos indicadores do Fator de Área (FA) que atingirem 100% (cem por cento) do Fator de Área (FA), o Target Referencial estipulado na cláusula anterior será incrementado **R\$ 691,33** (seiscentos e noventa e um reais e trinta e três centavos).

Parágrafo Segundo: O saldo restante, composto pela diferença entre **1%** (um por cento) da Folha Base Salarial anual da CPFL Santa Cruz e os valores gastos com o Fator de Desempenho (FD), conforme detalhado acima, será dividido igualmente para todos os empregados das empresas CPFL Santa Cruz das áreas que atingirem 100% do Fator de Área (FA).

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

A **PLR 2021** será paga em duas parcelas, em conformidade com a legislação em vigor, da seguinte forma:

- a) A primeira parcela será paga em setembro de 2021, sendo que o potencial de pagamento da primeira parcela será de **50%** do Target Referencial do empregado, considerando a Base Mensal, inclusive o valor da referência mínima de **R\$ 4.395,72** (quatro mil trezentos e noventa e cinco reais e setenta e dois centavos), para os empregados admitidos até 30 de novembro de 2019. Este cálculo levará em conta a Base Mensal vigente em 31 de agosto do ano de referência da PLR.
- b) A meta para pagamento da 1ª parcela da PLR é definida pela comparação entre o EBITDA REAL do 1º Semestre de 2021 e o valor do EBITDA REAL do 1º Semestre de 2020. Se o EBITDA REAL do primeiro semestre de 2021 for maior ou igual a 90% do EBITDA REAL do primeiro semestre de 2020, paga-se o valor integral. Se for menor, paga-se o valor proporcional ao seu atingimento.

Forma de Cálculo:

$$\frac{\text{EBITDA REAL 1º Semestre 2021}}{\text{EBITDA REAL 1º Semestre 2020}} = X \quad (\text{demonstrado em percentual})$$

- Se “X” for \geq que 90%, paga-se o percentual estabelecido no item “a” desta cláusula;
 - Se “X” for $<$ que 90%, paga-se o percentual proporcional ao percentual de atingimento (“X”) multiplicado pelo valor estabelecido no item “a” desta cláusula.
- c) A segunda parcela será creditada em abril de 2022, após aplicação da regra de cálculo estipulada na Cláusula 5ª do presente instrumento, compensando-se o valor da primeira parcela.

CLÁUSULA SEXTA – DIVERGÊNCIA

Na hipótese de divergência relativa ao cumprimento deste Acordo Coletivo, as partes, visando o entendimento e a conciliação, se comprometem, pela ordem, a negociar diretamente entre si, e, permanecendo a divergência a utilizarem o mecanismo de mediação e arbitragem previsto em lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRORROGAÇÃO

Caso as partes não cheguem em um Acordo sobre outra metodologia de PLR para o ano de 2022, o presente acordo fica prorrogado automaticamente para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, de forma a reger a PLR do ano 2022.

Parágrafo Único: No caso de renovação automática, os valores atrelados à referência mínima serão corrigidos com o mesmo percentual negociado para reajuste de salários na data base de setembro de 2022.

CLÁUSULA OITAVA - MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES DO PLR 2020

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Acordo de Participação nos Lucros ou Resultados de 2020, que não foram neste instrumento alteradas ou modificadas.

CLÁUSULA NONA – ARQUIVAMENTO

Nos termos do artigo 2º, parágrafo 2º, da Lei nº 10.101/2000, cópia do presente instrumento será levado a arquivo no respectivo SINDICATO, que deverá emitir recibo às EMPRESAS, para eventual exibição à fiscalização.

E, por estar justo e acordado, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, e para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Campinas, 17 de novembro de 2021.

DocuSigned by:

Carlos Zamboni Neto

13A878E0E543F433...

CARLOS ZAMBONI NETO
Diretor
COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

DocuSigned by:

Mônica Vohs de Lima

B42E586FDE534E4...

MONICA VOHS DE LIMA
Gerente
COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

DocuSigned by:

Narciso Donizete Fontana

0E98C8A5AD8741C...

NARCISO DONIZETE FONTANA
Presidente
SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO SAO PAULO

DocuSigned by:

Nelson Henrique Silva Spreßão

5E72238CB3DC447...

NELSON HENRIQUE SILVA SPRESSÃO
Diretor
SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO SAO PAULO

ANEXO I

INDICADORES E METAS APLICÁVEIS A CPFL SANTA CRUZ

Define-se através deste anexo os indicadores e metas para a **PLR** dos empregados da CPFL Santa Cruz.

Fica estabelecido que cada um dos indicadores abaixo será apurado ao final do exercício, aplicando-se a proporção correspondente ao atingimento de cada indicador, limitando-se o seu ganho no intervalo abrangido entre 75% a 100% do peso do respectivo indicador. Abaixo de 75% de atingimento, o peso do indicador será zerado.

- a) **EBITDA** - Indicador que mede quanto a empresa gera de resultado através de suas operações antes de juros, imposto de renda, depreciação e amortização em um determinado período. O cálculo é realizado através da demonstração do resultado do exercício da companhia em IFRS (International Financial Reporting Standards).

Pelo fato de tratar-se de companhia de capital aberto, com restrições legais quanto à divulgação de estimativas de resultado, somente após a publicação dos resultados de cada trimestre serão apresentados ao sindicato os valores realizados a título de EBITDA, acompanhados da informação de parecer quanto ao atendimento ou não das previsões estipuladas para o período publicado.

- b) **DEC** - Duração equivalente de interrupção por unidade consumidora, expressa em horas. Segundo o PRODIST Módulo 8, seção 5.5.1 (indicadores regulados com resultado acompanhado pela ANEEL), contabilizados somente quando a interrupção tem duração maior que 3 minutos. Tem a seguinte fórmula de cálculo:

$$DEC = \frac{\sum \text{Tempo Interrupções}}{\text{Quant. Clientes}}$$

- c) **FEC** - Frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora, expressa em número de interrupções, que, segundo o PRODIST Módulo 8, seção 5.5.1 (indicadores regulados com resultado acompanhado pela ANEEL), contabilizados somente quando a interrupção tem duração maior que 3 minutos. Tem a seguinte fórmula de cálculo:

$$FEC = \frac{\sum \text{Quant. Interrupções}}{\text{Quant. Clientes}}$$

- d) **FER** - Frequência equivalente de Reclamações, quantidade anualizada de reclamações procedentes registradas na distribuidora a cada mil unidades consumidoras, conforme Art. 158 da Res. 414/ANEEL/2010.

$$FER_{2021} = \frac{\sum \text{Notas Procedentes (12 meses)}}{\text{Número de Consumidores}} * 1000$$

QUADRO DE METAS FATOR NEGÓCIO (FN)

Indicadores	Pesos	Metas CPFL Santa Cruz	
		Esperada (100%)	Mínima (75%)
DEC	33,33%	6,00 ≤	7,00 ≤
FEC	33,33%	4,25 ≤	6,96 ≤
FER	33,33%	3,49 ≤	3,67≤